

TC – 018.911/2013-7

Tipo: Tomada de Contas Especial

Entidades: Prefeitura Municipal de Cândido Mendes/MA e Fundo Nacional de Saúde – FNS.

Responsável: José de Ribamar Ribeiro Castelo Branco – Gestão 2005-2008 (CPF 177.220.983-04) e José Haroldo Fonseca Carvalhal- Gestão 2009-2012 (CPF 304.357.732-91)

Representação Legal:

- Adriano Santana de Carvalho Santos (OAB/MA 12.286-A) e outros, representando José de Ribamar Ribeiro Castelo Branco. Peça 26

- Walter de Souza Barros – Procurador (CPF 055.320.433-53), representando José Haroldo Fonseca Carvalhal. Peça 21

Dados do Acórdão Condenatório (peça 42)

Número/Ano: 4202/2017

Colegiado: 2ª Câmara.

Data da Sessão: 16/5/2017.

Ata nº: 16/2017.

CHECK-LIST DE VERIFICAÇÃO DE EXATIDÃO MATERIAL EM ACÓRDÃO

Itens a serem verificados no Acórdão:	Sim	Não	Não se aplica
1. Está (ão) correta (s) a(s) grafia do(s) nome(s) do(s) responsável(eis)?	X		
2. Está (ão) correto (s) o (s) número (s) do (s) CPF (s)/CNPJ (s) do (s) responsável (eis)? (Ver extrato do CPF/CNPJ nos autos)	X		
3. Está (ão) correto (s) o (s) valor(es) e a(s) data(s) do(s) débito(s)?	X		
4. Está explícita no acórdão a solidariedade dos débitos? (se for o caso)			X
5. Está correta a identificação da deliberação recorrida? (Em caso de acórdão recursal)			X
6. Estão corretamente identificados no Acórdão os cofres para recolhimento do (s) débito (s)?	X		
7. A (s) multa (s) será (ão) recolhida (s) aos cofres do Tesouro Nacional?	X		
8. Há autorização expressa para a cobrança judicial da dívida?	X		
9. Há coincidência entre os valores de débito/multa imputados no voto do Relator e os valores que constam no acórdão prolatado?			X
10. Há algum outro erro material que justifique apostilamento?		X	
11. Há necessidade de autuação de processo de Monitoramento?		X	
12. Há alguma medida processual (ex.: arresto de bens) a ser tomada?		X	
13. Há Representante (s) Legal (is) no processo?	X		
13.1. O(s) Representante(s) Legal(is) está(ao) corretamente cadastrado(s) no processo?	X		
13.2. Há cópia (s) da (s) carteira (s) da OAB do (s) Representante (s) Legal (is) corretamente cadastrada (s) no processo?	X		
13.3. Em caso de resposta negativa à pergunta anterior, consta cópia do comprovante de inscrição na OAB extraído do cadastro nacional (v. site http://www.oab.org.br/)			X

INSTRUÇÃO DE VERIFICAÇÃO DE EXATIDÃO MATERIAL EM ACÓRDÃO.

1. Atesto quanto aos itens acima indicados, que, conferidos os termos do Acórdão em epígrafe, não **FOI** identificado erro material.
2. Desse modo, submeto o processo à consideração superior, propondo, em face da subdelegação de competência inserta nos incisos II e V, art. 2 – Portaria – Secex-MA n.1. de 13/1/2017 o encaminhamento dos autos ao Serviço de Administração desta Secretaria, para as providências cabíveis, indicadas no Acórdão 4202/2017 – TCU - 2ª Câmara, quais sejam:
 - a) notificar o responsável, Sr. José de Ribamar Ribeiro Castelo Branco - ex-Prefeito (CPF 177.220.983-04), na pessoa de seu representante, legalmente constituído, **advogado, Adriano Santana de Carvalho Santos (OAB/MA 12.286-A)** de acordo com os subitens **9.1, 9.2, 9.3 e 9.5** do acórdão acima citado;
 - b) notificar o responsável, Sr. José Haroldo Fonseca Carvalho - ex-Prefeito (CPF 304.357.732-91), na pessoa do seu procurador, Walter de Souza Barros (CPF 055.320.433-53) de acordo com os subitens **9.1, 9.4 e 9.5** do acórdão acima citado;
 - c) remeter cópia do acórdão, relatório e voto ao **Fundo Nacional de Saúde**, para conhecimento do julgamento, e para que seja dado conhecimento à **unidade de controle interno respectiva**, para as providências pertinentes, nos termos do art. 18, §§ 5º e 6º, da Resolução TCU nº 170/2004; e
 - d) remeter cópia do acórdão, relatório e voto à **Procuradoria da República no Estado do Maranhão**, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/92, para as providências que entender cabíveis.

SECEX-MA, em 22 de maio de 2017.

(Assinado eletronicamente)
Rosa Maria Barros de Miranda
AUFC Mat. 737-4.